

Referendaram a representação ao Ministério Público sete outros deputados estaduais e as ONGs UIPA e Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal



Como ambientalista e presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o deputado estadual Roberto Tripoli, PV-SP, aderiu ao movimento para barrar de vez no Brasil o transporte marítimo de gado vivo e acabou de recorrer ao Ministério Público Federal. O documento leva a assinatura, ainda, de outros sete deputados da Comissão, da União Internacional Protetora de Animais (Uipa) e do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, que reúne mais de 130 ONGs brasileiras.

Tripoli defende junto ao MP Federal que “a exportação de gado em pé constitui crueldade extrema, inconteste e inerente à prática”. A representação é baseada em farta documentação de autoria da médica veterinária australiana Dra. Lynn Simpson, mestre em saúde pública pela Universidade de Sidney e em epidemiologia pela Universidade de Murdoch, na Austrália, trabalhou para o Departamento de Agricultura da Austrália e para diversas empresas privadas exportadoras de animais vivos, acompanhando dezenas de viagens onde pôde comprovar toda a crueldade que envolve tal transporte.

O comércio global de exportação de animais vivos viola, segundo Lynn, o Código Sanitário para Animais Terrestres da OIE (Organização Mundial de Saúde Animal), provocando muito

sofrimento para os animais, dor e estresse. Dezenas de milhares de bovinos são embarcados em navios improvisados. Ficam imersos em uma espécie de lodo, composto por fezes e urina, que ocupa e contamina bebedouros e comedouros, levando à fome e à sede.

Fome, sede, dores extremas

Devido ao mar revolto, são atirados contra as grades de seus recintos, sofrendo lesões e quebraduras; alguns caem e são pisoteados. Muitos precisam ser sacrificados no próprio navio.

Outro agravante é a poluição dos mares, pois há denúncia de descarte de milhares de toneladas de dejetos e cadáveres durante as viagens, que duram entre 15 a 40 dias dependendo do trajeto. E ao desembarcar nos países compradores, não existe garantia de regras de abate humanitário.

Outras medidas serão ainda tomadas pelos deputados e ONGs, como nova representação, desta vez ao MP Estadual; realização de audiências públicas; e visitas a navios que estejam embarcando animais vivos.

[Veja a representação ao MP Federal](#)

(Texto: Regina Macedo/Ass. de Comunicação - Imagem: Dra. Lynn Simpson)